

## **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

### **PROJETO DE LEI Nº624, DE 2011.**

Altera o art. 3º da Lei nº 7.649, de 25 de janeiro de 1988, que estabelece a obrigatoriedade do cadastramento dos doadores de sangue bem como a realização de exames laboratoriais no sangue coletado, visando a prevenir a propagação de doenças, e dá outras providências.

**Autora:** Deputada Nilda Gondim

**Relator:** Deputado Dr. Jorge Silva

## **I - RELATÓRIO**

A proposição sob análise altera o art. 3º da Lei nº 7.649, de 25 de janeiro de 1988, para incluir a detecção do vírus t-linfotrópico humano (HTLV) na lista de exames obrigatórios nas amostras de sangue coletadas.

Sustenta sua proposta, destacando patologias que podem acometer as pessoas portadoras desse vírus. Ademais, salienta o crescimento da incidência da infecção por todo o Mundo, registrando-se os inúmeros casos entre os usuários de drogas.

O Projeto de Lei foi distribuído para esta Comissão, estando a matéria sujeita à manifestação conclusiva das comissões, conforme reza o art. 24, II, do Regimento Interno.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

## II - VOTO DO RELATOR

A proposição ora sob apreciação, de autoria da nobre Deputada Nilda Gondim, demonstra sua preocupação com a saúde dos brasileiros, particularmente com a qualidade do sangue utilizado no País.

O grande objetivo dessa iniciativa é o de incluir o exame de detecção do vírus HTLV na lista dos testes obrigatórios para a doação de sangue, em razão dos graves problemas de saúde que pode acarretar, como bem disposto na justificativa deste Projeto.

Todavia, a intenção de se exigir tal exame já estava sendo debatida com a sociedade, pela Consulta Pública SAS/MS nº 24, de 1º de junho de 2010, que submeteu à avaliação a minuta da portaria que trata dos Procedimentos Hemoterápicos.

O resultado desse processo foi a edição da PORTARIA Nº 1.353, DE 13 DE JUNHO DE 2011, que “aprova o Regulamento Técnico de Procedimentos Hemoterápicos”.

O art. 66 desta Portaria redefine os exames exigidos a cada doação, incluindo o de detecção do HTLV I/II, como transcrito abaixo:

“Art.66. É obrigatória a realização de exames laboratoriais de alta sensibilidade a cada doação, para detecção de marcadores para as seguintes infecções transmissíveis pelo sangue, cumprindo-se ainda, os algoritmos descritos no Anexo V para cada marcador:

- I - sífilis;
- II - doença de Chagas;
- III - hepatite B;
- IV - hepatite C;
- V - AIDS; e
- VI - HTLV I/II”.

A Portaria 1.353/2011, publicada poucos dias após a apresentação deste Projeto de Lei, fundamentou-se, entre outros dispositivos,

na Lei nº 7.649, de janeiro de 1988, que estabelece a obrigatoriedade do cadastramento dos doadores de sangue, bem como a realização de exames laboratoriais no sangue coletado, visando a prevenir a propagação de doenças.

Esta Lei foi regulamentada pelo Dec 95.721/1988, que em seu art. 10, assim dispõe:

Art. 10. Compete ao Ministério da Saúde estabelecer as normas gerais sobre tipos de provas e testes laboratoriais, técnicas a serem empregadas e outros requisitos e condições, para o fiel cumprimento deste decreto.

§ 1º Os exames e testes de laboratório referidos neste artigo incluirão, obrigatoriamente, para todo o território nacional, os destinados a detectar Hepatite "B", Sífilis, Doença de Chagas e Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e, para zonas endêmicas a serem definidas pelo Ministério da Saúde, aqueles destinados à detecção da Malária.

**§ 2º Poderão ser incluídas outras infecções ou doenças transmissíveis, cujos testes laboratoriais venham a ser exigidos pelo Ministério da Saúde.** (o destaque é nosso)

Como se pode observar, o Ministério da Saúde já dispunha de poderes para incluir novas exigências de testes laboratoriais no sangue coletado, para prevenção de outras infecções ou doenças transmissíveis.

Dessa forma, é dispensável a aprovação pelo Congresso Nacional de uma nova lei a cada exame que se considere fundamental ser utilizado para o controle da qualidade do sangue no País.

Trata-se de medida adequada, visto que o Executivo dispõe dos meios técnicos mais adequados e atualizados e a agilidade indispensável para promover as mudanças necessárias para se garantir a qualidade do sangue.

Embora altamente louvável a iniciativa que ora analisamos, entende-se que seus objetivos já estejam contemplados na Portaria acima referida, fato que torna dispensável a aprovação de uma nova lei.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto contrário ao Projeto de Lei nº 624 de 2011.

Sala da Comissão, em        de        de 2012.

Deputado Jorge Silva  
Relator